

Ventos de São Tomé Holding S.A.
(Companhia em fase pré-operacional)

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstração de resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º
80410-180 - Curitiba, PR - Brasil
Caixa Postal 13533
80420-990 - Curitiba, PR - Brasil

Central Tel 55 (41) 3544-4747
Fax 55 (41) 3544-4750
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Ventos de São Tomé Holding S.A. (Companhia em fase pré-operacional)
Maracanaú - CE

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Tomé Holding S.A. (“Companhia”), individuais e consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de São Tomé Holding S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 (contexto operacional), a Companhia está em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades. Dessa forma, a continuidade operacional está condicionada ao fato de suas investidas virem a lograr êxito nos processos de obtenção das licenças de operação junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e outros órgãos competentes, bem como na obtenção de aportes de recursos na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras.

Curitiba, 23 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6

Marcello Palamartchuk
Contador CRC 1PR049038/O-9

Ventos de São Tomé Holding S.A.

(Companhia em fase pré-operacional)

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 - Consolidado

(Em Reais / mil)

	Notas	Consolidado	Controladora			Notas	Consolidado	Controladora	
Ativo		2014	2014	2013	Passivo		2014	2014	2013
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	212.880	212.148	3	Fornecedores	8	234.887	6	-
Clientes	6	7.447	128.050	-	Fornecedores Estrangeiros	8	2	2	-
Adiantamento de viagens		15	2	-	Obrigações fiscais		420	137	-
Impostos a Recuperar		2.353	2.157	-	Outras Obrigações		80	-	-
Despesas Antecipadas		468	-	-			235.389	145	-
		<u>223.163</u>	<u>342.357</u>	<u>3</u>	Não circulante				
Não circulante					Empréstimos e Financiamentos	9	480.453	480.453	-
Deposito Judicial		165	-	-	Outras Obrigações	10	11.793	-	-
Investimento		-	312.027	-	Provisão para perdas com investimento		3.027	-	-
Imobilizado	7	681.120	-	-			495.273	480.453	-
Intangível		1	-	-	Patrimônio líquido				
		<u>681.286</u>	<u>312.027</u>	<u>-</u>	Capital social		198.172	198.172	4
					Prejuízos acumulados		(24.385)	(24.386)	(1)
							<u>173.787</u>	<u>173.786</u>	<u>3</u>
Total do ativo		<u>904.449</u>	<u>654.384</u>	<u>3</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>904.449</u>	<u>654.384</u>	<u>3</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Tomé Holding S.A.

(Companhia em fase pré-operacional)

Demonstrações de resultados Consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais / mil)

	Notas	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
		2014	2014	2013
Despesas operacionais				
Despesas gerais ou administrativas	13	<u>(7.670)</u>	<u>(470)</u>	<u>(1)</u>
Prejuízo antes do resultado financeiro		<u>(7.670)</u>	<u>(470)</u>	<u>(1)</u>
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	14	10.353	10.288	-
Despesas financeiras	14	(24.774)	(24.115)	-
Outras receitas/ despesas não operacionais	13	<u>(2.294)</u>	<u>(10.088)</u>	<u>-</u>
Prejuízo do exercício		<u><u>(24.385)</u></u>	<u><u>(24.385)</u></u>	<u><u>(1)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Tomé Holding S.A.

(Companhia em fase pré-operacional)

Demonstrações dos resultados abrangentes Consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais / mil)

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	2014	2014	2013
Resultado do exercício	(24.385)	(24.385)	(2)
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(24.385)</u></u>	<u><u>(24.385)</u></u>	<u><u>(2)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Tomé Holding S.A.

(Companhia em fase pré-operacional)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais / mil)

		Controladora			
	Notas	Capital Social	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2013		10	(9)	-	1
Subscrição de capital		-	-	-	-
Integralização de capital		-	3	-	3
Resultado do exercício		-	-	(1)	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2013		10	(6)	(1)	3
Subscrição de capital	11.a	214.010	(214.010)	-	-
Integralização de capital		-	198.172	-	198.172
Resultado do exercício		-	-	(24.385)	(24.385)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		<u>214.020</u>	<u>(15.844)</u>	<u>(24.386)</u>	<u>173.790</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Tomé Holding S.A.

(Companhia em fase pré-operacional)

Demonstrações dos fluxos de caixa Consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em Reais / mil)

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	
	2014	2014	2013
Prejuízo do exercício	(24.385)	(24.385)	(1)
Provisão para perdas com investimento	3.028	-	-
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Aumento em clientes	(7.447)	(128.050)	-
Aumento em Adiantamento de viagens	(15)	(2)	-
Aumento em impostos a recuperar	(2.353)	(2.157)	-
Aumento em despesas antecipadas	(468)	-	-
Aumento em depósito Judicial	(165)	-	-
Aumento em fornecedores	234.887	6	-
Aumento em fornecedores estrangeiros	2	2	-
Aumento em obrigações fiscais	420	137	-
Aumento em outras obrigações	80	-	-
Aumento em obrigações longo prazo	11.793	-	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>215.377</u>	<u>(154.449)</u>	<u>(1)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento			
Aquisição imobilizado	(681.120)	-	-
Aquisição intangível	(1)	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>(681.121)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento			
Integralização de capital	198.172	198.168	4
Captação de empréstimos e financiamentos	480.453	480.453	-
Aumento em Investimentos	-	(312.027)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	<u>678.625</u>	<u>366.594</u>	<u>4</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>212.880</u>	<u>212.145</u>	<u>3</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	-	3	0
No fim do exercício	<u>212.880</u>	<u>212.148</u>	<u>3</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>212.880</u>	<u>212.145</u>	<u>3</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, foi constituída em 30 de novembro de 2011 e até a presente data não entrou em fase operacional. Dessa forma, a continuidade operacional está condicionada ao fato de suas investidas virem a lograr êxito nos processos de obtenção das licenças de operação junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e outros órgãos competentes, bem como na obtenção de aportes de recursos na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras.

A Companhia tem por objeto social participar como sócia ou acionista, do capital de outras sociedades ou empreendimentos, buscando sempre estimular a atuação destas de forma eticamente responsável, bem como apoiar e monitorar o desempenho das empresas de cujo capital participar, através de : a) mobilização de recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco; b) subscrição ou aquisição de valores mobiliários que forem emitidos para fortalecimento da respectiva posição no mercado de capital; c) atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 23 de março de 2015.

Destacamos as principais empresas incluídas na consolidação e as participações detidas pela Companhia:

	31 de dezembro de 2014			
Controladas	Ativo	Passivo	Resultado	% de participação
Brígida I	74.638.284	75.076.813	(438.529)	100%
Brígida II	157.242.825	158.999.832	(1.757.007)	100%
Brígida III	163.894.782	164.621.422	(726.640)	100%
Brígida IV	148.192.496	148.860.757	(668.261)	100%
Brígida V	160.780.267	161.807.448	(1.027.181)	100%
Brígida VI	159.027.934	159.671.405	(643.470)	100%
Brígida VII	182.923.161	185.455.662	(2.532.501)	100%

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado em nota explicativa específica.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações estão incluídas nas notas explicativas.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros: aplicações financeiras.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, salários a pagar, obrigações fiscais e sociais, empréstimos e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo dos numerários em conta corrente e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação no valor de mercado, registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

A Companhia tem os seguintes caixa e equivalentes de caixa: recursos financeiros em moeda nacional (caixa), depósitos em conta corrente e aplicações financeiras.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis compreendem contas a receber de clientes e outros recebíveis.

Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Eventuais custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. O saldo do lucro líquido remanescente permanece nas reservas de lucros no patrimônio líquido até a destinação aprovada na Assembleia dos acionistas.

a. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor a receber sobre condições que não seriam consideradas em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não identificou evidências de perdas que resultem em “impairment”.

b. Ativos Arrendados

Os ativos mantidos pela Companhia sob arrendamento não transferem para a Companhia todos os riscos e benefícios de propriedade e são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras referem-se, basicamente, às tarifas bancárias e juros sobre empréstimos. As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e demais juros recebidos, quando aplicáveis.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro real, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

e. Novas normas ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia está mencionada abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração)*. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

4 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimentos esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Garantias

A Companhia não tem ativos dados em garantia em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

5 Caixas e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	2014	2013	2014
Bancos	25	3	31
Aplicações Financeiras (a)	<u>212.123</u>	<u>-</u>	<u>212.903</u>
	<u>212.148</u>	<u>3</u>	<u>212.934</u>

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários, junto ao Banco Santander e BTG Pactual, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6 Contas a receber

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	2014	2013	2014
Brigida I	8.567	-	-
Brigida II	20.430	-	-
Brigida III	22.002	-	-
Brigida IV	16.911	-	-
Brigida V	19.603	-	-
Brigida VI	18.327	-	-
Brigida VII	22.210	-	-
Clientes diversos	-	-	7.447
	<u>128.050</u>	<u>-</u>	<u>7.447</u>

Os valores a receber registrados pela Companhia decorrem da antecipação de recebíveis efetuados às suas investidas, as Brígidas. Essa antecipação de recebíveis ocorreu em função da compra de cessão de direitos de créditos sobre os valores a receber de suas investidas em face dos contratos firmados junto a CCEE (Camara de Comercialização de Energia Elétrica) para recebimento de receita fixa de energia elétrica junto a rede nacional e de acordo com o leilão 005/2013 promovido pela Aneel.

7 Imobilizado

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	2014	2013	2014
Imobilizado em andamento (a)	-	-	308.814
Condomínio Caetés (b)	-	-	4.346
Adiantamentos diversos (c)	-	-	367.878
Bens utilizados em produção	-	-	82
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>681.120</u>

- (a) Os montantes registrados nessa conta referem-se a equipamentos das estruturas eólicas.
- (b) O condomínio Caeté é uma estrutura física utilizada para montagem e preparação dos equipamentos eólicos, tal estrutura é compartilhada entre as empresas investidas.
- (c) Os adiantamentos decorrem da aquisição de aerogeradores e demais equipamentos relacionados ao parque eólico junto aos fornecedores. São realizados de acordo com o cronograma contratual e de acordo com as medições realizadas pelos fornecedores em conjunto com os responsáveis das companhias investidas.

8 Fornecedores

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	2014	2013	2014
Fornecedores nacionais	6	-	234.887
Fornecedores internacionais	2	-	2
	<u>8</u>	<u>-</u>	<u>234.889</u>

9 Empréstimos

		Controladora		Consolidado
Taxa de juros		2014	2013	2014
Empréstimos	2,02% a.a + TJLP	480.453	-	480.453
		480.453	-	480.453

A companhia possui contrato de financiamento firmado junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) o que é reconhecido pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária.

O empréstimo com o BNDES está garantido pela totalidade das ações atuais e futuramente detidas sobre as respectivas SPEs e quaisquer outras ações representativas detidas sobre o capital das mesmas SPEs. As SPEs obrigam-se a ceder fiduciariamente os direitos creditórios decorrentes da receita proveniente da venda futura de energia elétrica que será produzida pelas Companhias e ainda, os direitos de crédito decorrentes do CONTRATO DE ENERGIA DE RESERVA celebrado entre as SPEs e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. O financiamento com o BNDES possui vencimento em parcelas mensais consecutivas iniciando em maio de 2016 até abril de 2032. O contrato de empréstimo também prevê cláusulas restritivas, que podem exigir que a Companhia pague o empréstimo antes da data indicada acima.

10 Outras obrigações

		Controladora		Consolidado
		2014	2013	2014
Conta garantida		-	-	72
Provisões		-	-	7
Condomínio Caeté		-	-	4.346
Receita futura (a)				7.447
		-	-	11.873
Não circulante		-	-	11.793
Circulante		-	-	80

- (a) Refere-se a receita futura decorrente do contrato de venda de energia para a CCEE (Camara de comercialização de energia elétrica) de acordo com o leilão 005/2013. Contudo, a companhia efetuou a venda (Cessão) desses direitos ao longo do contrato, a fim de capitalizar-se e efetuar o término da construção do parque eólico.

11 Patrimônio líquido

O capital social autorizado é de R\$ 214.020.000 e está representado por 214.020 (duzentos e quatorze milhões e vinte mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital social integralizado é de R\$ 198.172.232 e está representado por 198.172 (cento e noventa e oito milhões, cento e setenta e dois mil, duzentos e trinta e dois reais) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

a. Aumento de capital

De acordo com AGE de 26 de dezembro de 2014 foi integralizado capital no montante de R\$ 198.172.232 em sua totalidade com moeda funcional da empresa com entrada em caixa e equivalente de caixa. Esta Age está devidamente registrada na junta comercial.

b. Dividendos

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas: (i) a Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva; (ii) em cada exercício será realizada distribuição de um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável.

c. Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

12 Imposto de renda e contribuição social

Os débitos de imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro real de acordo com a legislação vigente, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Em 31 de dezembro de 2014 não há saldos de impostos correntes registrados pela Companhia.

13 Outras despesas operacionais

	Controladora		Consolidado
	2014	2013	2014
Serviços com terceiros	-	-	-
Resultado de equivalência	(10.088)	-	(2.294)
Outras despesas gerais	(469)	(1)	(7.670)
	(10.558)	(1)	(9.964)

14 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado
	2014	2013	2014
Receitas financeiras			
Receitas de juros sobre cessão de direito creditório	233	-	233
Juros e descontos recebidos e/ou Auferidos	-	-	1
Rendimentos aplicações financeira	10.119	-	10.054
Despesas financeiras			
Juros sobre cessão de direitos creditórios	-	-	-
Taxas e tarifas bancárias	(35)	-	(34)
Juros pagos e/ou incorridos	(24.080)	-	(24.774)
	(13.827)	-	(14.421)

15 Provisões para demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extras judiciais.

16 Cobertura dos seguros

Em 31 de dezembro de 2014, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por R\$ 7.500.000 para responsabilidade civil.